

MANIFESTO PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO, Lei 13. 415

A Federação dos Trabalhadores em Educação (FETEMS) e os seus 74 sindicatos municipais filiados, o mandato do Deputado Estadual Pedro Kemp (PT) e as entidades aqui reunidas na Audiência Pública em Campo Grande/MS, no dia 11 de abril de 2023 manifestam favoráveis a Revogação da Lei 13.415 que estabelece o Novo Ensino Médio.

A atual Reforma do Ensino Médio é fruto de um processo de desmonte das políticas educacionais e de um movimento que não buscou ouvir o segmento da sociedade que usufrui da educação pública desde o período do governo Temer, que foi instaurada a partir de um Golpe no Estado Democrático de Direito e que no decorrer do seu governo destituiu diversas organizações do Fórum Nacional de Educação (FNE) e que corroborou com a aprovação de diversas leis que tiram os direitos da classe trabalhadora.

Manifestamos a nossa discordância com a atual reforma do ensino médio, **considerando que o atual projeto:**

1. retomou o modelo arcaico de segmentação (dicotomia) entre a formação geral e os “itinerários formativos” que compreendem as áreas específicas de conhecimento, divididas na Reforma do Ensino Médio em: i) linguagens e suas tecnologias; ii) matemática e suas tecnologias; iii) ciências da natureza e suas tecnologias; iv) ciências humanas e sociais aplicadas; e v) formação técnica profissional.
2. restringiu a parte universal do currículo, voltada para a formação humanística e cidadã dos estudantes, a apenas 1.800 horas. Além de representar menos da metade do percurso escolar (42,8% do total previsto de 4.200 horas), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC tornou obrigatórias apenas as disciplinas de português e matemática ao longo dos três anos do Ensino Médio, relegando os conteúdos de história, geografia, sociologia, filosofia, artes, educação física e língua estrangeira (limitada ao inglês).
3. não garantiu a livre escolha dos/as estudantes aos itinerários formativos, uma vez que cada escola está obrigada a ofertar apenas 1 (um) itinerário. E essa orientação sinistra e que desmonta a propaganda enganosa do NEM se alinha ao fato de que em mais de 2.500 municípios brasileiros há apenas uma única escola de nível médio, tornando impossível a oferta de todos os itinerários nesses estabelecimentos.
4. fomentou a privatização de parte expressiva do currículo escolar de várias maneiras, seja deslocando as matrículas públicas para escolas particulares que dispõem de itinerários não ofertados pela rede pública, seja estabelecendo parcerias com a rede privada para oferecer até 20% da BNCC por meio de plataformas digitais aos estudantes das escolas públicas, ou ainda permitindo o cômputo, nos currículos, de experiências de trabalho fora do ambiente escolar, de cursos técnicos ou programas ocupacionais de curta duração (ex: Pronatec) ofertados pelo setor privado de forma presencial ou a distância, todos sem a necessidade de comprovar conteúdo ou acompanhamento pedagógicos.
5. induziu a evasão escolar entre os jovens e adultos que não concluíram o Ensino Médio na idade apropriada, priorizando escolas de referência em tempo integral.

Também estimulou o fechamento de escolas no período noturno e restringiu a oferta de Educação de Jovens e Adultos, desqualificando ou limitando o acesso a EJA, que passou a contar com até 80% de seu currículo na forma a distância.

6. rebaixou o trabalho pedagógico escolar e a profissionalidade de professores/as e funcionários/as da educação, admitindo não apenas o cômputo de atividades não pedagógicas no currículo obrigatório, mas também a contratação de profissionais por “notório saber”, sem habilitação para atuar na Educação Técnica Profissional, deslocando professores licenciados em disciplinas tradicionais para lecionar mais de 200 novos temas em sua maioria desconexos da formação escolar.

O “Novo Ensino Médio” (NEM) é uma política que impõe inadmissível *apartheid* socioeducacional à maioria dos estudantes das escolas públicas, na medida em que nega o acesso à escola para milhões de jovens, rebaixa o currículo das redes públicas, prejudicando a formação e o ingresso de estudantes das classes populares em universidades públicas, além de induz a terminalidade dos estudos para a maioria dos filhos e filhas da classe trabalhadora, qualificando-os intencionalmente para ocupar postos de baixa complexidade e remuneração no mundo do trabalho.

Cobramos do atual governo, do campo democrático, a revogação da reforma do ensino médio e que retome um amplo processo de discussão sobre esta etapa da educação básica apoiado nos princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/ 1996 e nas discussões e construções teóricas acumuladas no campo progressista e democrático, de forma que qualquer mudança seja respaldada em um processo participativo e democrático.

Somos favoráveis a uma reforma do ensino médio que ouça os trabalhadores em educação, que ouça as organizações em defesa da educação, pois infelizmente ao fazer a reforma do ensino, o governo da época optou por ouvir as entidades do mercado educacional e que não atuam na educação pública.

O modelo que defendemos para o ensino médio é aquele que desenvolva a laicidade, a democracia e igualdade de direitos no aprendizado.

Nosso manifesto, pois a “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. (Paulo Freire)

Audiência Pública “O Ensino Médio no centro dos debates por uma Educação Democrática”, 11 de abril de 2023.